

Leopoldo Silva

Justiça deve ficar mais ágil com sanção de leis pelo presidente



Durante a solenidade no Palácio do Planalto, Ideli Salvatti (D) conversa com o presidente Lula e com a ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal; à direita, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia

A líder do PT, Ideli Salvatti, ressaltou em Plenário a importância da sanção pelo presidente Lula, ontem, de projetos que visam tornar a Justiça mais ágil. Ideli citou entre as alterações ao Código Penal o fim da prerrogativa de novo

juízo no caso de crimes em que o réu tenha sido condenado a pena de mais de 20 anos de prisão. Foi esse direito, na lei anterior, que permitiu um segundo julgamento e absolvição do acusado de ser o mandante do assassinato da freira Dorothy Stang. Os pro-

jetos sancionados proíbem juntar a processos provas obtidas de forma ilícita, determinam a redução do tempo de debate no tribunal do júri e prevêm que, durante o julgamento, perguntas sejam feitas diretamente a testemunhas. **Página 3**

Investigação sobre venda da Varig começa com depoimento de Denise Abreu

Enquanto José Agripino defende apuração ampla do caso, João Pedro afirma que Dilma Rousseff agiu com isenção no episódio. **Páginas 5 e 6**

Quatro MPs trancam a pauta do Plenário

Duas das medidas provisórias abrem créditos extraordinários no Orçamento da União. **Página 4**

Na CCJ, novas regras para precatórios

Comissão deve votar substitutivo a sete propostas que disciplinam o assunto. **Páginas 4 e 5**

Márcia Kallume



Coral do Senado se apresenta como prévia da abertura da 3ª Semana do Meio Ambiente, promovida pelo Senado Verde. **Página 3**

Impresso Especial
5362005/DR/BSS
SENADO FEDERAL
---CORREIOS---



Senador apresenta requerimento de sessão para lembrar os 400 anos de nascimento do jesuíta

Maciel quer homenagem ao padre Antônio Vieira

Marco Maciel (DEM-PE) apresentou ontem requerimento à Mesa do Senado solicitando a realização de sessão de homenagem à passagem dos 400 anos do nascimento do padre Antônio Vieira.

O jesuíta, lembrou o senador, foi um vulto invulgar que teve destacada atuação no século 17 não somente em Portugal, mas sobretudo no Brasil. Nascido em 1608 em Lisboa, veio para o Brasil aos seis anos, quando seu pai foi designado pelo governo de Portugal escrivão na então capitania da Bahia.

– Exerceu enorme influência como orador sacro, escritor, político e missionário, entre outras atividades, durante quase todo



Fotos: Geraldo Maggela

Marco Maciel lembra que padre exerceu enorme influência em muitas atividades

o tempo que em viveu. Vieira é personalidade por demais rica, pletórica em seu pensamento e em ação, deixando-nos desconcertados com sua atuação praticamente em todos os territórios da atividade humana – disse Maciel.

Geovani enaltece potencial turístico do estado do Amapá

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) destacou a vocação preservacionista de seu estado e o potencial turístico do Amapá. Para o senador, a indústria do turismo será, em breve, a principal do estado, que tem como maior desafio “entrar na rota do desenvolvimento sem diminuir seu grau de preservação”.

O senador lembrou que o Amapá tem 97% de suas florestas “absolutamente preservadas”. Já o turismo, disse, “tem todas as chances do mundo”. Ele citou os atrativos de Macapá, única capital



Amapá tem 97% de suas florestas preservadas, afirma Geovani Borges:

brasileira cortada pela Linha do Equador e também a única banhada pelo rio Amazonas. Citou também a Fortaleza de São José de Macapá, a maior fortaleza portuguesa construída no Brasil, e as vantagens advindas da vizinhança com a Guiana Francesa, que tem vôos regulares para a Europa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Homenagem a Artur da Távola e a Brizola

Às 11h, sessão especial homenageará a memória do jornalista, escritor e ex-senador Artur da Távola. Às 14h, a sessão é deliberativa. Na hora do expediente, haverá homenagem ao ex-presidente do PDT e ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, pelo quarto aniversário de seu falecimento. A pauta está trancada por medidas provisórias (MPs).

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abre às 9h45, na Câmara do Deputados, seminário sobre os 20 anos da Constituição. Às 10h30, participa da abertura da 3ª Semana do Meio Ambiente do Senado. Às 11h, preside a sessão especial em memória do ex-senador Artur da Távola. Às 14h30, participa de reunião de líderes. E, às 16h, preside a ordem do dia.

CPI das ONGs examina documentos sigilosos do Coaf

Às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs realiza reunião secreta para análise de documentos sigilosos recebidos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Em segui-

da, em audiência pública, ouve os proprietários das empresas de Consultoria M2R, Rommana Remor e Gileno Schaden Marcelino, e da Intercorp e Camarero&Camarero Consultoria Empresarial, Luis

Antônio Lima e Flávia Maria Camarero. O responsável pela MI Management, Cleônidas de Sousa Gomes, e o ex-presidente da Fundação José Garrofe Dórea também prestam depoimento.

Vinte anos da Constituição

Às 9h45, realiza-se seminário sobre os 20 anos da Constituição. O debate será aberto pelos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Senado, Garibaldi Alves, da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. A conferência de abertura, no auditório Senador Antonio Carlos Magalhães (Interlegis), será do constitucionalista José Afonso da Silva.

3ª Semana do Meio Ambiente

Serão abertas às 9h, no Salão Negro, as exposições *EcoSoluções* e *Metamorfose Urbana* e a mostra de vídeos que integram a programação da 3ª Semana do Meio Ambiente, promovida pelo Senado. Haverá apresentação de teatro de mamulengos e conferência sobre coleta seletiva e economias de recursos naturais. Para a realização das conferências, o Senado contará com a parceria da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Reunião às 11h examinará emendas à LDO

Está marcada, para as 11h, reunião com o coordenador do Comitê de Emendas da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Eli-seu Padilha. O encontro servirá para se realizar análise preliminar das emendas apresentadas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO) referente a 2009.

Às 14h30, deve ser realizada reunião dos representantes das lideranças partidárias que atuam na comissão mista. O objetivo é concluir a definição dos relatores setoriais da proposta orçamentária para 2009.



Pauta da CAE tem 16 itens

Reunião às 10h da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, entre 16 proposições, projeto que reduz o imposto de renda cobrado dos caminhoneiros paraguaios que prestam serviços a empresas brasileiras. Consta ainda da pauta proposta que institui o Balanço Social Empresarial e autoriza a criação do Selo Empresa Responsável.

Na CMA, o destino de pilhas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, o projeto que torna obrigatório constar, no rótulo de embalagens produzidas com material reciclável, informações sobre a forma de descartar esse material. Na pauta de dez itens, está o projeto que trata do recolhimento e do destino final de pilhas e baterias usadas.

CE: mudanças na LDO

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vota, às 11h, 22 proposições. Entre os projetos, cinco alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (Lei 9.394/96). Um deles estabelece, no nível superior, a frequência mínima exigida para aprovação dos universitários. A discussão da matéria foi iniciada na semana passada.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim



Heráclito Fortes ressalta a importância da solidariedade para escapar do vício

Heráclito elogia entrevista de atleta sobre uso de drogas

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) comentou ontem em Plenário entrevista do ex-jogador de futebol Paulo César Caju, na qual relatou seu envolvimento com drogas e a ajuda que recebeu de várias pessoas para superar o drama pessoal. Heráclito elogiou a atitude do também ex-jogador Cláudio Adão e de sua esposa, Paula Barreto, que levaram Paulo César Caju para a casa deles e, no convívio com a família, mantiveram o jogador longe das drogas.

– Imagine qualquer um de nós aqui, com toda sinceridade, fazer o que eles fizeram. Com filhos para criar, levaram Paulo César Caju para dentro de casa – observou o parlamentar, para quem a família demonstrou um grande ato de coragem e solidariedade.

Heráclito Fortes destacou que na entrevista o ex-jogador citou ainda a ajuda que recebeu do tricampeão mundial Rivelino, dos treinadores Zagalo e Parreira e da sua esposa. O senador sugeriu que o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Paulo Paim (PT-RS), convidasse Paulo César Caju para vir ao Congresso falar sobre o tema, o que foi aceito prontamente pelo representante do PT.

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Papaléo Paes (PSDB-AP) elogiaram a determinação do ex-jogador.

Ao comentar o fim da exigência de novo julgamento se o réu for condenado a mais de 20 anos de prisão, senadora afirma que, se medida já estivesse em vigor, o mandante do assassinato da freira Dorothy Stang não teria sido absolvido por um segundo júri

Ideli destaca importância da sanção de projetos que agilizam o processo penal

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou em Plenário a importância da sanção pelo presidente Lula, ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, dos projetos que modificam o Código de Processo Penal (CPP), objetivando tornar mais célere o trabalho da Justiça.

As propostas, que tramitaram por sete anos nas duas Casas do Congresso Nacional, foram sistematizadas por um grupo de trabalho formado no âmbito da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e aprovadas em maio deste ano pela Câmara dos Deputados.

Ideli citou entre as alterações do código a que exclui da legislação criminal a prerrogativa de novo julgamento no caso de crimes em que o réu foi condenado a pena de mais de 20 anos. A senadora ressaltou a justiça dessa medida lembrando que o acusado de ser o mandante do assassinato da freira missionária norte-americana

Dorothy Stang, em 2005, acabou sendo absolvido em um segundo julgamento, depois de condenado no primeiro, uma vez que havia recebido pena superior a 20 anos de prisão.

Mérito

A senadora enalteceu a atuação parlamentar na discussão das propostas que mudam o CPP, mas associou os méritos do trabalho aos três Poderes da República.

– O Executivo enviou propostas amplamente discutidas, mediante

acordo com Senado e Câmara; o Senado discutiu; e o Judiciário formou parceria que subsidiou toda a deliberação – frisou.

Os projetos também proíbem a juntada de provas obtidas de forma ilícita a processos; e determinam que o juiz pode estabelecer valor mínimo de indenização para a vítima sem a necessidade do protocolo de ação civil na Justiça para reparação de danos morais, financeiros, físicos ou psicológicos.

Segundo Demostenes, sentença do júri pode sair em três meses

Os dois projetos sancionados ontem pelo presidente Lula fazem parte de um conjunto de cinco proposições examinadas, em meados do ano passado, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e, em seguida, pelo Plenário, indo depois para a Câmara dos Deputados. Os projetos passaram pela análise de um grupo de trabalho coordenado por Ideli Salvatti.

O grupo era composto ainda por Jefferson Péres, que faleceu em maio, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP). A urgência de medidas para acelerar e melhorar o funcionamento da Justiça levou a um entendimento com a Câmara para que fossem mantidas as modificações nas propostas que iniciaram a tramitação naquela Casa.

Projetos

O PL 4.203/01 (PLC 20/07, no Senado), enviado pelo Executivo à Câmara ainda em 2001, foi modificado por substitutivo de

Demostenes Torres (DEM-GO). Segundo o relator, as mais de cem mudanças na legislação contribuirão para modernizar a Justiça. Processos que levam anos terão de chegar a uma decisão em, no máximo, três meses, de acordo com o parlamentar.

Além de acabar com o protesto por novo júri, o projeto eliminou o libelo acusatório, peça apresentada pelo promotor na fase anterior ao julgamento pelo tribunal do júri, responsável pelos crimes dolosos contra a vida, como o homicídio, o infanticídio e o aborto.

O PL 4.205/01 (PLC 37/07, no Senado) recebeu substitutivo de Mozarildo. Institui novos procedimentos para produção de provas e inquirição de testemunhas. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar a decisão nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as “provas cautelares, não repeti-



Viana (C) e Demostenes (D) conversam, antes da sanção, com Antonio Carlos Biscaia

veis e antecipadas”.

Já o PL 4.207/01 (PLC 36/07, no Senado) – a ser sancionado depois de ajuste na redação – teve substitutivo de Ideli. A proposta agiliza o andamento dos processos no juízo singular – roubo, latrocínio e estupro – e também cria a figura da absolvição sumária.

Ainda na defesa preliminar, o juiz determinará se a acusação e a defesa têm consistência para a

continuidade do processo, ou se a defesa preliminar é substancial para absolver sumariamente. Nos casos consistentes, a instrução e o julgamento poderão ser feitos em uma só audiência, a ser realizada no máximo em 60 dias. Assim, os depoimentos do réu, da vítima e das testemunhas de acusação e defesa, que seriam realizados um de cada vez, poderão ser tomados no mesmo dia.

Ex-senador Meira Filho é sepultado em Brasília

O ex-senador pelo Distrito Federal João Assis Meira Filho morreu neste domingo, em João Pessoa, aos 85 anos, vítima de aneurisma cerebral. Ele foi sepultado no cemitério Campo da Esperança, em Brasília, no início da noite.

Jornalista e radialista, Meira Filho foi um dos fundadores da Rádio Nacional de Brasília e primeiro apresentador de programas de auditório na emissora, no final da década de 1950. Locutor oficial da Presidência da República no governo de Juscelino Kubitschek, Meira Filho apresentou também em Brasília, durante

15 anos, um programa de grande apelo popular.

Senador constituinte, integrou a primeira bancada eleita pelo Distrito Federal – ao lado dos ex-senadores Maurício Corrêa e Pompeu de Sousa – no período da redemocratização do país. Na sua atuação parlamentar (1987–1995), Meira Filho destacou-se pela preocupação com questões sociais e especialmente com problemas urbanos. Entre os projetos que apresentou, está o que tinha por objetivo tornar obrigatório o uso do cinto de segurança em automóveis.

Coral do Senado abre semana ambiental

Como prévia da abertura oficial da 3ª Semana do Meio Ambiente, promovida pelo programa Senado Verde, o Coral do Senado fez, ontem, apresentações no espaço cultural Ivandro Cunha Lima e no Salão Negro. O grupo cantou músicas de Caetano Veloso, Antônio Vaz, Ari Barroso, Vinícius de Moraes e Edu Lobo com o objetivo de chamar a atenção do público para o início das atividades promovidas pelo Senado em comemoração à Semana do Meio Ambiente. A regente do coral, maestrina Glicínia Mendes,

incentivou o público a mudar de postura em relação ao desperdício de material e de recursos naturais.

Integra também o evento a exposição *Metamorfose Urbana*, na Senado Galeria. O trabalho apresenta informações sobre os resíduos que compõem o lixo brasileiro.

A abertura oficial das atividades ocorrerá hoje, no Salão Negro, a partir das 10h30. A semana, coordenada pelo Senado Verde, contará com atividades até sexta-feira.

BNDES e ministérios dos Transportes e da Integração Nacional são beneficiários dos créditos extraordinários

MPs que abrem crédito trancam ordem do dia

A pauta da sessão deliberativa de hoje contém quatro medidas provisórias (MPs) que, editadas há mais de 45 dias, têm preferência para votação. Entre elas está a MP 420/08, que abriu crédito extraordinário de R\$ 12,5 bilhões para aumentar o limite operacional do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de forma a viabilizar o atendimento ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A MP 423/08 também abriu crédito extraordinário de R\$ 613,7 milhões para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional. O dinheiro foi destinado a obras em rodovias federais e ao atendimento a vítimas de chuvas e inundações.

Outras MPs são a 421/08, que elevou o salário mínimo de R\$ 380 para R\$ 415 em 1º de março de 2008, e a MP 419/08, que alçou o secretário especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial ao nível de ministro de Estado. Essa medida provisória altera a Lei 10.683/03, que, além dos 24 ministros, já dá esse *status* aos chefes da Casa Civil, das Secretarias de Relações Institucionais e de Comunicação Social e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; ao secretário-geral da Presidência da

República; ao advogado-geral da União; e ao presidente do Banco Central.

Entre os 86 itens da pauta, há 14 propostas de emenda à Constituição (PECs), das quais se destacam as PECs 38/04 e 86/07, que estabelecem o voto aberto para a decretação de perda de mandato parlamentar; e a PEC 50/06, que obriga o voto aberto para todas as deliberações no âmbito do Congresso Nacional.

Também está na ordem do dia a PEC 57/05, que permite a votação separadamente de vetos presidenciais pelo Senado e pela Câmara; as PECs 20/99, 18/99, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04, que tratam da antecipação da imputabilidade penal; a PEC 48/03, que prorroga até 2019 a aplicação de recursos destinados à irrigação no Centro-Oeste e Nordeste; e a PEC 5/05, que permite que brasileiros residentes no exterior elejam deputados federais que os representem.

Um dos projetos em pauta é o PLC 27/08, que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação via terrestre de mercadorias procedentes do Paraguai. O projeto do Executivo permite a importação mediante pagamento unificado de impostos e contribuições federais, com alíquota total de 42,25%. A adesão ao regime é opcional.



Kátia Abreu quer sustar artigos de decreto sobre monitoramento

Projeto reduz poderes do Executivo no controle de desmatamento

Projeto de decreto legislativo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que retira poderes do Executivo referentes ao monitoramento e ao controle do desmatamento em terras na Amazônia pode ser votado amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria teve o exame adiado na última reunião, em razão de pedido de vista coletivo.

Conforme a senadora, as punições previstas no Decreto 6.321, de dezembro de 2007, para o produtor que não se-

guir a legislação ambiental e que não atualizar os dados do imóvel rural junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) ferem o "princípio constitucional da legalidade". Entre as sanções previstas no decreto do Executivo está o bloqueio a financiamentos rurais disponibilizados por bancos federais.

Na justificativa da matéria (PDS 13/08), Kátia Abreu alega que as medidas estabelecidas pelo governo federal "exorbitam do poder regulamentar" e, como solução,

ela propõe que sejam sustados cinco artigos do referido decreto. O relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), apresentou voto favorável.

Municípios

Também consta da pauta da CCJ substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que determina novas regras para criação, fusão e desmembramento de municípios. A proposta atende à necessidade de elaboração de lei complementar, conforme a Emenda Constitucional 15/96.

O substitutivo torna válidos

os municípios criados desde a edição da emenda, exigindo para tanto que as cidades estejam "em pleno gozo de sua autonomia municipal, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores empossados".

Jereissati lembra ter havido a proliferação de pequenos municípios após a emenda, seguindo legislações estaduais consideradas inconstitucionais. O substitutivo visa garantir o desenvolvimento regional e impedir o surgimento de cidades sem viabilidade sócio-econômica, diz o relator.

CCJ pode decidir logo sobre precatórios

Azereido é um dos senadores que defendem substitutivo, enquanto Alvaro afirma que a matéria afronta a Constituição e legaliza o "calote"

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã o substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem regras para precatórios. Trata-se de dívidas da administração pública cujos pagamentos foram determinados pela Justiça. A maior parte desse passivo tem origem em estados e municípios. Segundo Raupp, a União estaria em dia com a quitação dessas dívidas.

Entre as principais medidas sugeridas pelo substitutivo de Valdir Raupp está a criação de um regime especial para os pagamentos, no qual a quitação de parte dos precatórios se daria por meio de leilões (seriam vencedores os credores que oferecessem o maior desconto) e outra parte seria paga por ordem crescente de valor. A sugestão,

no entanto, é criticada por alguns senadores, enquanto outros a defendem, desde que haja algumas modificações.

Outra importante medida prevista no substitutivo é a possibilidade de compensação tributária: aqueles que têm créditos a receber em municípios poderiam utilizar esses valores para pagar tributos.

Divergência

A controvérsia que cerca o assunto ficou evidente nos últimos debates realizados no Senado. Na quarta-feira, por exemplo, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), um dos senadores que apóiam o substitutivo, argumentou que



Valdir Raupp: uma das formas de pagamento seria por leilão

a mudança das regras no pagamento dessas dívidas "é do interesse público, pois hoje, da forma como está, o con-

tribuinte é prejudicado por não receber o valor dos precatórios".

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), contrário ao substitutivo, declarou nessa mesma ocasião que a matéria "afronta a Constituição e legaliza o calote", em consonância com as críticas que vêm sendo feitas pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

As propostas de emenda à Constituição que deram origem ao substitutivo de Valdir Raupp são as PECs 1/03, 23/03, 51/04, 11/05, 29/05, 61/05 e 12/06. Se a Comissão de Justiça aprovar o substitutivo na reunião de amanhã, o texto será enviado ao Plenário do Senado para cinco dias de discussão em primeiro, seguindo-se a votação. Mas, caso seja apresentada emenda na fase de discussão, a proposta retorna ao exame do colegiado.

tribuinte é prejudicado por não receber o valor dos precatórios".

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), contrário ao substitutivo, declarou nessa mesma ocasião que a matéria "afronta a Constituição e legaliza o calote", em consonância com as críticas que vêm sendo feitas pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

As propostas de emenda à Constituição que deram origem ao substitutivo de Valdir Raupp são as PECs 1/03, 23/03, 51/04, 11/05, 29/05, 61/05 e 12/06. Se a Comissão de Justiça aprovar o substitutivo na reunião de amanhã, o texto será enviado ao Plenário do Senado para cinco dias de discussão em primeiro, seguindo-se a votação. Mas, caso seja apresentada emenda na fase de discussão, a proposta retorna ao exame do colegiado.

Autora da denúncia de que a ministra Dilma Rousseff favoreceu grupo norte-americano em compra de companhia aérea, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil é a principal depoente em audiência no Senado



Presidida por Marconi Perillo (D), Comissão de Infra-Estrutura se reúne amanhã para ouvir sete pessoas ligadas ao processo de transação de empresas de aviação

Denise Abreu vai depor amanhã sobre o caso da venda da Varig

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se amanhã, a partir das 10h, para ouvir sete pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao processo de compra e venda, em 2005, da companhia aérea Varig e da VarigLog, sua subsidiária de transporte de carga. Denise Abreu, ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), é a principal depoente nesta que será a primeira rodada da investigação que a CI pretende realizar. Foi ela quem denunciou a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, de favorecer o fundo norte-americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros, durante a operação de venda das duas empresas.

Além de Denise Abreu, deverão prestar depoimento o ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi; o ex-procurador-geral da agência João Ilídio de Lima Filho; o juiz do caso Varig, da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Ayoub; o ex-procurador da Fazenda Manuel Felipe Brandão, que se posicionou contra o fato de os adquirentes da Varig se livrarem de uma dívida tributária de R\$ 2 bilhões; e os diretores da Anac Leur Lomanto e Jorge Vellozo, que confirmaram as denúncias de Denise Abreu.

CPI

Está agendada para a semana que vem – dia 18, quarta-feira – nova rodada de investigação

do caso Varig. Deverão prestar esclarecimentos ao colegiado o advogado Roberto Teixeira, compadre do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que, de acordo com denúncias, usou a sua influência junto ao governo para acelerar a operação de venda da Varig ao grupo Matlin Patterson; e os três sócios brasileiros que compraram as empresas, Marco Antonio Audi, Luiz Eduardo Gallo e Marcos Haftel.

Dilma Rousseff não foi convidada para prestar depoimento nesta pré-apuração das denúncias. Os requerimentos para a realização das audiências públicas são de autoria do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-

RR), da líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, senadora Ideli Salvatti (SC), do senador Demostenes Torres (DEM-GO) e de outros membros do DEM e do PSDB.

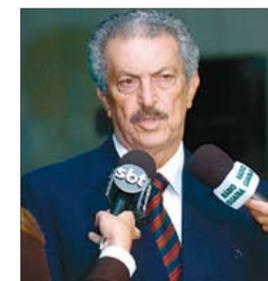
Os senadores da oposição alertam que, se os depoimentos não forem convincentes e se Denise Abreu confirmar as denúncias perante o colegiado, haverá pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar os fatos, classificados por Demostenes Torres de "muito graves". O senador não descarta a vinda de Dilma Rousseff à CI. Mas, em primeiro lugar, observou, é necessário ouvir as acusações que pesam sobre ela.

Comissão examina projetos que beneficiam o consumidor

Em sua reunião de hoje, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) poderá votar, em decisão terminativa, dois projetos de lei dispostos sobre proteção ao consumidor – um que fixa prazo para a entrega de boleto bancário de cobrança e outro que pretende facilitar a rescisão de contratos.

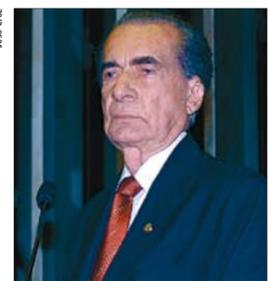
O primeiro, de Romeu Tuma (PTB-SP), torna obrigatória a entrega de boleto bancário de cobrança com prazo mínimo de cinco dias de antecedência em relação à data de vencimento.

O relator Pápaléo Paes (PSDB-AP) apresentou emenda para aumentar de 30 para 90 dias o prazo



Tuma propõe que boleto seja entregue cinco dias antes do vencimento

para que a lei entre em vigor, por entender que os fornecedores precisariam de mais tempo para proceder aos ajustes.



João Durval quer permitir rescisão de contratos mediante envio de mensagem

Contratos

A outra proposição, de João Durval (PDT-BA), permite a rescisão de contratos, especialmente os

de execução continuada, mediante o envio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência registrada ao fornecedor.

Pelo projeto (PLS 625/07), o contrato será considerado rescindido após três dias úteis, no máximo, depois do recebimento da solicitação.

O relator da matéria, Marconi Perillo (PSDB-GO), apresentou emenda que obriga o fornecedor de produtos ou serviços que atenda exclusivamente pela rede mundial de computadores, ou por serviços automatizados telefônicos, a disponibilizar atendimento por telefone específico e personalizado.

CMA discute na quinta elaboração de orçamentos

Os avanços na elaboração de orçamentos públicos no país e os problemas existentes serão discutidos quinta-feira em evento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Esta será a quinta e última reunião do ciclo de debates Controle Público, Instrumento de Cidadania, realizado pelo colegiado. A palestra, sobre o tema "O Sistema Político e Orçamentário no Controle da Administração Pública", será coordenada por Marconi Perillo (PSDB-GO).

Audiência debate energia nuclear na matriz energética

A participação da energia nuclear na matriz energética brasileira é o tema de audiência pública a ser promovida amanhã, a partir das 10h, pela Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. Entre os convidados para a audiência estão representantes de dois ministérios – Minas e Energia e Meio Ambiente – e da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Também deverá estar presente o diretor-executivo no Brasil da organização não-governamental (ONG) Greenpeace.

Indicação de cinco embaixadores na pauta da CRE

Durante duas reuniões esta semana – amanhã e quinta-feira – os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinarão cinco mensagens presidenciais contendo a indicação de novos embaixadores. Será ainda analisada pelo colegiado uma pauta de 12 matérias, entre as quais se destaca o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 71/08, que institui norma de cobrança de Imposto de Renda sobre transportadores autônomos residentes no Paraguai.

Limites para a jornada no campo em exame na CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa nesta quinta-feira, a partir das 9h, projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) com o objetivo de fixar limites para a jornada de trabalho no campo. A proposição (PLS 426/07), que altera a Lei do Trabalho Rural (Lei 5.889/73), propõe que "a duração normal da jornada não será superior a oito horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e redução de jornada, mediante acordo ou convenção.

CPI das ONGs vê hoje documentos sigilosos do Coaf

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (ONGs) estará reunida hoje, a partir das 14h, para a leitura de documentos e tomada de vários depoimentos. Em reunião secreta, a comissão vai analisar documentos sigilosos enviados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) sobre registro de operações que tenham indícios de irregularidades em saques ou depósitos de recursos públicos superiores a R\$ 100 mil.



Para examinar propostas de voto aberto, Plenário precisa deliberar sobre quatro MPs

Genaldo Magalhães



JOSÉ AGRIPINO

Líder do DEM defende investigação ampla das denúncias formuladas por ex-diretora da Anac contra Dilma

JOÃO PEDRO

Senador petista considera "inconcebível" acusar chefe da Casa Civil de interferência na venda da Varig



Moreira Moritz

“Roberto Teixeira é compadre de Lula”

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), defendeu investigações amplas das denúncias da ex-diretora da Anac Denise Abreu de que o governo favoreceu o fundo americano Matlin Patterson e três sócios brasileiros na venda da Varig e da VarigLog.

Um dos pontos importantes a serem explicados, segundo Agripino, é o suposto tráfico de influência do advogado Roberto Teixeira.

– Roberto Teixeira é compadre do presidente Lula, ele abre as portas do presidente Lula. Ele é advogado da parte vendedora e estava levando no elevador a parte compradora. Então, ele estava fazendo um claro tráfico de influências – disse Agripino, referindo-se à foto de Roberto Teixeira acompanhado de em-

presários da Gol – Linhas Aéreas Inteligentes no Palácio do Planalto publicada pela revista *Veja* desta semana.

Agripino considerou também incompreensível o fato de o governo haver vendido a VarigLog por apenas US\$ 24 milhões, uma vez que a empresa foi revendida à Gol por US\$ 320 milhões nove meses depois. Outra questão, segundo o senador, é a interferência do governo para livrar o fundo Matlin Patterson de uma dívida milionária da VarigLog relativa a impostos atrasados.

Em apartes, Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Heráclito Fortes (DEM-PI) manifestaram seu apoio ao pronunciamento.

Agripino ainda anunciou a decisão do DEM de fechar questão contra a Contribuição Social para a Saúde (CSS).

“Dilma agiu como ministra de governo”

João Pedro (PT-AM) defendeu ontem a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, da acusação de ter facilitado a aquisição da Varig pela Gol. Para o senador, Dilma agiu como “ministra de governo” ao acompanhar a negociação, pois o “povo na rua estava chorando com a crise da Varig e o Brasil vivia uma comoção, pois, além da crise aérea, haviam ocorrido os acidentes que comoveram o Brasil”

– Dizer que a ministra Dilma foi favorecer um fundo americano ou interesses menores, isso é inconcebível. A ministra tem conduta, postura, inclusive com a oposição – argumentou.

João Pedro iniciou seu discurso após o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) negar a realização de um jantar entre lideranças do seu partido – os senadores Arthur Vir-

gílio (AM), Tasso Jereissati (CE) e Sérgio Guerra (PE) – e a ex-diretora da Anac, conforme noticiado no fim de semana. Denise Abreu prestará esclarecimentos sobre a denúncia, amanhã, à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

– Esse debate precisa ser esclarecedor. Eu, que participei da CPI do Apagão, lembro como a senhora Denise era tratada como quadrilheira, membro de quadrilha, em 2007 – mencionou João Pedro.

Em aparte, Heráclito Fortes (DEM-PI) criticou a partidarização da Anac pelo governo e o PT, por “desacreditar o relatório” produzido pela CPI do Apagão e não apurar os fatos.

– A quadrilha convivia era com o Palácio, era de confiança da Casa Civil.

Aprovação da CSS aumentará ainda mais a carga tributária, afirma Mário Couto

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem temer que o projeto de lei complementar (PLP 306/08) que cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS) seja aprovado pela Câmara dos Deputados. Em sua opinião, isso significaria mais uma sobrecarga para o contribuinte brasileiro.

Ele observou que a carga tributária equivale a 38% do produto interno bruto (PIB), mas o Estado não garante serviços básicos de qualidade nas áreas de segurança pública e de saúde, por exemplo. De janeiro a junho deste ano, o governo federal teria arrecadado quase meio trilhão



Mário Couto: “Vou chegar aos limites para que o governo respeite a nação brasileira”

Genaldo Magalhães

de reais, três vezes mais do que no ano passado, de acordo com o senador. Os dados da Receita Federal indicam uma arrecadação de cerca de R\$ 220 bilhões entre janeiro e abril.

O senador criticou o que disse considerar uma atitude submissa da Câmara perante o Poder Executivo, e prometeu resistir, no Senado, “às investidas do governo”.

– Não sou ninguém, mas vou virar uma fera. Vão ter que me enfrentar, cara a cara aqui neste Senado. Não sei o que farei, mas vou chegar aos meus limites para que o governo possa respeitar a nação brasileira.

Papaléo acusa governo de chantagear o Congresso para aprovar novo tributo

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) acusou o governo federal de chantagear o Congresso, por ter ameaçado vetar o projeto de lei que regulamenta a Emenda 29 – que institui percentuais para gastos com saúde dos entes federados – caso não seja aprovada a proposta que cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS), em substituição à extinta Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O Executivo argumenta que não existem recursos para os gastos.

– A Emenda 29 é clara quando diz que deverão ser aplicados percentuais da



Regulamentação da Emenda 29 não cria nova despesa, segundo Papaléo Paes

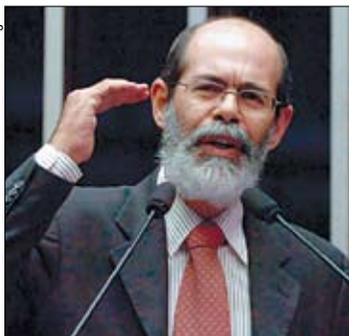
Genaldo Magalhães

arrecadação da União. Não se trata de criação de nova despesa como o governo quer fazer a sociedade acreditar.

A regulamentação, disse, fixa os percentuais até 2011 e, por isso, “cabe ao governo montar e executar o orçamento que o Congresso quantificar, por meio do projeto, como necessário para a prestação adequada do serviço”.

Papaléo criticou nota da revista *Veja* segundo a qual os senadores só trabalham três vezes por semana e querem, por meio de projetos, estender o benefício aos trabalhadores.

Fotos: Geraldo Magela



“A Embrapa tirou nossa agricultura da pedra lascada”, afirma Mesquita Júnior

Mesquita Júnior quer manter Embrapa como estatal

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) saudou a atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e afirmou que a estatal é a principal responsável pelos índices favoráveis que o Brasil detém no agronegócio nos últimos 20 anos.

– A Embrapa tirou nossa agricultura da pedra lascada – disse, acrescentando que, por meio da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, a empresa fez com que o Brasil tivesse uma agropecuária de ponta.

Ao comentar projeto de lei do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que prevê a transformação da estatal em uma sociedade de economia mista, com ações negociadas na bolsa de valores (PLS 222/08), Mesquita Júnior afirmou que a Embrapa deve permanecer como uma empresa pública.

A proposta, que aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será analisada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Salários

Mesquita Júnior ressaltou ainda que os salários na Embrapa são “aviltantes” e que o governo deveria investir recursos na estatal, tendo em vista a sua importância estratégica para a segurança alimentar do país. Essa posição também é defendida pelo presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Valter Endres, em carta em que comenta o projeto de Delcídio Amaral.

Na correspondência, lida da tribuna por Mesquita Júnior, o Sinpaf argumenta que a transformação da Embrapa em sociedade de economia mista só interessa aos setores capitalizados da agropecuária brasileira. A entidade defende o debate sobre o assunto, mas ressalva que o projeto está desconectado das políticas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores.

Serys Slhessarenko deve dar preferência às emendas de comissões e de bancadas estaduais, conforme relatório preliminar aprovado pela Comissão de Orçamento

Comitê faz triagem inicial em 2.939 emendas à LDO

As 2.939 emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 serão avaliadas hoje pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, que funciona no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Na reunião, marcada para as 11h, o comitê examinará se os requisitos técnicos e regimentais foram atendidos. Depois disso, as propostas acolhidas vão seguir para a fase de exame de mérito, a cargo da relatora da LDO, Serys Slhessarenko (PT-MT).

Das emendas apresentadas, 1.600 foram dirigidas ao chamado Anexo de Metas e Prioridades, onde são listados projetos e atividades do Orçamento de 2009, que, em princípio, devem ficar



Exame do mérito das emendas será feito por Serys

resguardados de medidas de bloqueio – contingenciamento, como se fala no jargão orçamentário – na fase de execução. Outras 1.339 são emendas de texto, com o objetivo de propor ou modificar regras para a elaboração ou execução da futura proposta orçamentária.

As bancadas e comissões do

Senado e da Câmara puderam indicar cinco emendas ao Anexo de Metas e Prioridades – o mesmo número de emendas individuais asseguradas a cada parlamentar. Para compor esse anexo, Serys foi autorizada pelo relatório preliminar da LDO a dar preferência ao atendimento das emendas de comissões e de bancadas estaduais.

Senadores e deputados de cada estado foram orientados a entrar em prévio entendimento para descarregar suas emendas individuais em número limitado de projetos. Dessa maneira, a idéia é aproveitar os projetos de maior apelo para cada unidade federativa.

Agressões a professores são novo escândalo, denuncia Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) protestou contra a violência cometida contra professores dentro das escolas e sugeriu a federalização da educação, com administração descentralizada, como forma de melhorar a situação educacional do país. O senador citou editorial publicado pelo *Correio Braziliense* segundo o qual seis professores do Distrito Federal são vítimas, a cada semana, de violência cometida por alunos ou ex-alunos.

– O que vai acontecer com este país quando os professores

começarem a abandonar o magistério por medo? – perguntou Cristovam.

Cristovam manifestou a preocupação de que a sociedade brasileira se acostume também a esse tipo de agressão, banalizando o fato ao ponto “de nem sair mais no jornal”. As agressões a educadores, enfatizou, constituem mais um escândalo na sociedade brasileira contemporânea.

Para o senador, a violência que eclode contra os professores está enraizada na sociedade brasileira, seja na desigualdade social,



Cristovam frisa que medo pode provocar abandono do magistério

na impunidade ou nos filmes e noticiários. Também lamentou o fato de os professores, há várias décadas, serem tratados como profissionais de segunda categoria, em vez de constituírem a principal ocupação do país.

Paim quer tudo investigado no Rio Grande do Sul

Dizendo-se “indignado” com as notícias que vêm sendo divulgadas nos últimos dias pela imprensa do Rio Grande do Sul, Paulo Paim (PT-RS) pediu que a CPI do Detran, da Assembléia Legislativa do estado, “investigue tudo, doa a quem doer”. Ele se referiu especificamente a gravações divulgadas pelo vice-governador Paulo Feijó, que revelariam a existência de corrupção no Bannisul e no



Gaúchos estão revoltados com as denúncias, afirma Paulo Paim

Detran gaúcho, envolvendo o PMDB e o PP.

– Não faço aqui ataque à governadora do estado, Yeda Crusius. Não acuso ninguém. Estou me limitando a falar sobre o que saiu na imprensa nos

últimos dias. Nunca na história ocorreram fatos de tamanha envergadura – sustentou.

O senador informou que, pelas notícias, a corrupção no Detran gaúcho, que somaria R\$ 44 milhões, vem desde 2003.

Ele leu trechos de nota sobre o assunto distribuída pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), regional sul, que “reflete a revolta” dos gaúchos com o caso.

Previdência

Paulo Paim propôs também que o Congresso promova uma conferência nacional para discutir se a Previdência Social “é ou não é superavitária”.

Senadores querem esclarecer venda de terras a estrangeiros

João Pedro (PT-AM) fez um apelo ontem para que o Congresso Nacional, o governo e a sociedade se mobilizem em torno da atualização da legislação referente à posse de terras por estrangeiros na região amazônica. Ele manifestou preocupação com a notícia de que o multimilionário sueco Johan Eliasch comprou cerca de 165 mil hectares de terra pública nos municípios de Manicoré e Itacoatiara, no Amazonas, por meio da organização não-governamental Cool Earth. Segundo a imprensa estrangeira, Eliasch declarou que estava “tentando ajudar a proteger a Floresta Amazônica”, apesar de as terras não estarem registradas no nome dele.

O senador anunciou que apresentará requerimento ao presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Neuto de Conto (PMDB-SC), para a realização de audiência pública com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da madeireira gaúcha Gethal e da ONG Cool Earth, para que expliquem aos senadores a situação da compra e venda de terras na Amazônia e como esse tipo de negócio vem sendo realizado.

– Precisamos disciplinar o acesso de estrangeiros e ONGs às terras da Amazônia. É inconcebível que esse sueco com cidadania inglesa fale em preservar a Amazônia adquirindo por vias indiretas 165 mil hectares de terra. Apesar de ser correlata ao problema ambiental, a questão é fundiária: são terras nas mãos de estrangeiros. Precisamos de uma legislação atual, que possa tratar a Amazônia a partir da sua importância estratégica para o Brasil – afirmou.

“Alasca Verde”

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse, em aparte, que em 1980 publicou artigo no *Jornal de Brasília* comparando a Amazônia a um “Alasca Verde”. Ele lembrou que, na época, havia quem defendesse a venda da Amazônia para pagar a dívida externa. O senador manifestou o temor de que, ao longo do século 21, o Brasil venha a perder a soberania sobre a região.

Heráclito Fortes (DEM-PI) observou que o avanço de estrangeiros na Amazônia foi um dos motivos para a instalação da CPI das ONGs, “não tanto pela compra, mas pelo que fazem lá dentro”.

Seminário avalia os 20 anos da Constituição

Durante os dias 3 e 4, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) promoveram o Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais, em comemoração aos 20 anos da Carta Magna. Entre os convidados, estiveram a ministra Maria Elizabeth Guimarães Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM), e os professores Elival da Silva Ramos e Manoel Gonçalves Ferreira Filho, da Universidade de São Paulo (USP).

Romeu Tuma (PTB-SP) ressaltou a importância da atual Constituição para a democracia brasileira. Para Renato Casagrande, o fortalecimento das instituições democráticas obrigará a definição, de forma mais precisa, dos limites de cada Poder. Alvaro Dias afirmou que o debate ocorre em um momento de desgaste das instituições públicas, como os partidos políticos e o próprio Legislativo. Já Marco Maciel disse que, durante a elaboração do texto constitucional, houve um

“encontro da sociedade consigo mesma”.

Na abertura do seminário, o senador Jefferson Péres, falecido em 23 de maio, foi homenageado. Também participaram do evento o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o consultor-geral legislativo da Casa, Bruno Dantas; a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi; e a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Hoje e amanhã, Senado e Câmara debatem o mesmo tema no Auditório Nereu Ramos.



Fernando Neves, Elizabeth Guimarães e Renato Casagrande (D)

“É preciso redefinir os limites de cada Poder”

Renato Casagrande (PSB-ES) ressaltou que os Três Poderes têm sido fortalecidos a partir da solidificação da democracia. No entanto, afirmou, ainda é preciso definir de forma mais clara os limites de influência que cada Poder exerce sobre o outro.

– Hoje o Executivo faz o dever do Legislativo, com o excesso de edição de medidas provisórias; o Legislativo exerce as funções competentes ao Judiciário, quando pratica a investigação; e o Judiciário ‘tomou o gostinho’ por legislar, ao interferir nas mudanças da reforma política, por exemplo. Por causa do processo de fortalecimento de nossa democracia e transparência das atividades governamentais, os limites dessa interferência entre os Três Poderes serão cada vez mais ajustados e demarcados – disse o senador.

“Reforma política pode reduzir a corrupção”

Uma reforma política “urgente” foi defendida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Muitos continuam acreditando que a reforma não é interesse da população. Eu tenho dito que é o contrário. Interessa por razões óbvias, pois pode reduzir a corrupção na atividade pública.

Para Alvaro Dias, o instituto da medida provisória usurpa prerrogativas essenciais do Legislativo, ao transformá-lo em carimbador das iniciativas do Poder Executivo. “Nós acabamos sendo avalistas das propostas oriundas do Executivo.”

O senador defendeu também uma “ampla reforma” do Legislativo, de forma a recuperar a sua credibilidade e oferecer respostas mais competentes à população. De acordo com ele, é preciso discutir o número de senadores e deputados.

– Não é uma questão só de economia, é uma busca de qualidade e valorização do Legislativo.



Alvaro Dias (E), ao lado de José Levi de Mello e Alexandre de Moraes



Marco Maciel (E) é ouvido por Felipe Brasil e Ives Gandra Martins

“Carta de 1988 deu mais espaço à questão social”

“A Constituição federal de 1988 foi algo muito importante para o país. Ela criou um novo instituto no campo jurídico e deu um espaço muito destacado à questão social brasileira, sem contar também o fato de ter dado uma nova redefinição à questão federativa.” A opinião foi manifestada por Marco Maciel (DEM-PE).

Ex-vice-presidente da República, o senador ressaltou que é preciso olhar para a Carta Magna de 1988 sob a ótica das condições políticas em que o país se encontrava naquele momento e também das limitações com que se trabalhou para elaborá-la.

– Foi um grande encontro da sociedade consigo mesma. Foi um fato extremamente específico e ainda produz muitas conseqüências no campo social e na área da economia – avaliou.

Consultor lança livro sobre princípio da repercussão geral

Até a reforma do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) não tinha como selecionar os processos de real repercussão para o país, sendo obrigado, muitas vezes, a analisar recursos que questionavam um direito de interesse exclusivo das partes. Com o princípio da repercussão geral, em vigor desde 2004, isso acabou. E é com esse título que Bruno Dantas, consultor do Senado, lança, às 18h30 de amanhã, na Biblioteca Luiz Viana Filho, livro sobre o assunto.

O tema é uma das maiores preocupações do STF. Com a implementação desse filtro sobre os processos que ali chegam, a expectativa é que o tribunal passe a julgar um número menor de causas. Em conseqüência, disse Bruno Dantas, as decisões

dessa corte ganharão um caráter paradigmático, facilitando a distribuição de justiça no país. Ele resume o livro *Repercussão geral* como uma colaboração para aqueles que trabalham com o Direito.

Mestre em Direito Processual Civil, 30 anos de idade e consultor-geral legislativo desde 2007, Bruno Dantas afirma que a obra é produto de suas atividades acadêmica e profissional. A prática acadêmica diz respeito, principalmente, ao mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde obteve nota máxima na defesa oral do trabalho. A experiência profissional refere-se ao assessoramento que prestou ao ex-senador José Jorge, quando este foi relator da Comissão Mista de Regulamentação da Reforma do Judiciário, em 2005.



Bruno Dantas, autor da publicação, é consultor-geral legislativo do Senado